

Mulher Guineense e a Nação

Iadira Antonio Impanta¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo fazer um estudo bibliográfico sobre o papel das mulheres na construção do estado nação guineense a partir da luta armada até os dias atuais. O foco da pesquisa será a participação das mulheres na luta armada para libertação da nação guineense, com ênfase na contribuição dessas mulheres no desenvolvimento social, intelectual, política e econômica. Este trabalho está relacionado com os de outros autores que pesquisam o papel da mulher no mundo, e em especial no continente africano. O material aqui analisado foi coletado em revistas, bancos de dados e sites, e a análise teve como base um referencial teórico multidisciplinar. Entretanto, a partir da análise dos dados coletados, pôde-se perceber que as mulheres guineenses têm uma tradição de luta pela melhoria das condições do estatuto pessoal e dos filhos e não se assumem apenas como vítimas, desenvolvendo estratégias de resistência, nomeadamente através de ativismo associativo, seja informal ou formal. Ao fazermos uma discussão sobre a questão de gênero, percebemos que na Guiné Bissau, as políticas e leis em vigor promovem a igualdade de gênero em diversos domínios (educação, acesso a cuidados de saúde). Por outro lado, a sua aplicação é pouco efetiva, não só por causa de algumas disposições legais em contradição com o princípio da igualdade consagrado na constituição da Guiné-Bissau, mas também devido a práticas tradicionais, por exemplo, casamentos prematuros, gravidez precoce. Conclui-se, a partir do estudo, que a integração e a participação mais igualitária das mulheres na família, no trabalho e na sociedade contribui para a coesão social, o desenvolvimento e o bem-estar, assim como para a promoção dos direitos, da cidadania e igualdade de oportunidades.

Palavras-chave: Guiné-Bissau, nação, mulher guineense, luta.

Introdução

Se não formos nós, as mulheres, a lutar
contra o que nos oprime, mais ninguém o
fará. (Casimiro, 1992, p.99)

Me interessei por esse estudo porque sempre quis fazer pesquisas relacionadas à participação das mulheres na construção da sociedade guineense desde a luta armada até os dias de hoje, no entanto não consegui fazer um estudo de campo como quis por conta do fator tempo e financeiro. Mas o estudo bibliográfico me permitiu chegar a algumas conclusões que acredito ser pertinentes para os estudos de gênero e o papel das mulheres guineenses em diferentes âmbitos. A nível mundial, o peso de intervenção da mulher tem aumentado no desenvolvimento, na mudança de paradigmas sociais e na

¹ Bacharel em Ciências Humanas, Graduanda em Sociologia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB. E-mail: yadiraimpanta@hotmail.com

mudança de mentalidades. O continente africano não foge à regra e a nível social, as mulheres começam a assumir novos papéis, quer nas relações familiares, quer a nível das comunidades, quer a nível mais alargado na sociedade, surgindo com isso, uma redefinição dos papéis de género. Compreender o papel das mulheres na construção do estado nação guineense, descrever a sua função e vantagens é o objetivo desse trabalho. Entretanto, na primeira parte são abordados do ponto de vista conceptual os temas relacionados ao género e à nação, isto porque estes ajudam a contextualizar e entender o papel das mulheres e a necessidade de ter obtido novas configurações. Na segunda parte é apresentado um estudo bibliográfico sobre a mulher e a nação e, por último, breves considerações finais mediante os resultados obtidos.

Metodologia

A metodologia utilizada para o presente trabalho baseou-se na recolha de informações (dados), uma investigação documental e bibliográfica através da qual foi consultada e analisada a literatura produzida sobre o tema.

Guiné-Bissau

A Guiné Bissau, oficialmente República da Guiné-Bissau, é um estado de democracia constitucional, localiza-se na costa ocidental da África, com uma superfície de 36.125 km², conta com cerca de 350 quilômetros de costa marítima. Tem fronteira com Senegal ao norte, a leste e a sudeste com a República da Guiné-Conacry e ao sul e a oeste com o Oceano Atlântico. O país é constituído, além da parte continental, pela parte insular, composta pelos arquipélagos dos Bijagós com 88 ilhas e no seu território continental, por uma baixa zona plana estendendo-se até à planície do Senegal, com vários rios, dentre os quais se destacam: Cacheu, Buba, Geba, Mansoa e Corubal. (SEMEDO, 2005, p.19; MANÉ, 2006). O país tornou-se independente de Portugal em 24 de setembro de 1974, através da luta armada (1963-1974), levada a cabo pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), liderado por Amílcar Cabral e seus colegas. A Guiné-Bissau, após a proclamação da independência em 1974, passou a ser dirigida por um regime de partido único do PAIGC.

Hoje a Guiné -Bissau é um país semipresidencialista, no qual o Presidente e o Primeiro Ministro são eleitos pelo sufrágio universal, este último, através do partido mais votado. O sistema político tem três grandes poderes: judiciário (Tribunais), legislativo (Assembleia Nacional Popular) e executivo (Governo). O Presidente da

República é o primeiro magistrado da nação. Assim, a constituição do país lhe reserva o direito de demitir o Primeiro Ministro e dissolver a Assembleia Nacional Popular em caso de grave crise política. Segundo os dados do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD (2004), 50% dos guineenses continua a manter a religião tradicional africana e/ou animista, o islamismo é seguido por cerca de 40% da população, enquanto que o cristianismo é seguido por 10% de guineenses. (IPAD, 2004)

A Guiné-Bissau está dividida em três províncias (Norte, Sul e Leste), oito (08) regiões administrativas (Bafatá, Gabú, Oio, Cacheu, Tombali, Quinara, Biombo e Bolama Bijagós) que fazem parte do território continental, contando com o setor autônomo de Bissau (capital do país) e trinta e sete (37) setores, constituídos por seções, compostas por aldeias; 31% da população vive na capital Bissau. As principais cidades do país são: Bissau (a capital, que fica no setor autônomo de Bissau), Bafatá (Bafatá), Gabú (Gabú), Bissorã (Oio), Bolama (Bolama - Bijagós), Canchungo (Cacheu), Catió (Tombali), Buba (Quinara). A população é de aproximadamente 1,7 milhão de habitantes, dividida em aproximadamente trinta (30) grupos etnolinguísticos, entre eles: balantas (30%, vivem na região costeira do sul), fulas (20%, concentrados no leste do território), manjacos (14%, ocupam as áreas costeiras do centro e norte), mandingas (13%), papéis (7%), mancanhas, beafadas, bijagós, felupes, cassangas, banhus, baiotes, sussos, saracolés, balantas-mané e nalus, entre outros. Carlos Lopes (1982) considera que a luta armada provocou muito poucas alterações nos hábitos das etnias da Guiné-Bissau, embora tenha trazido inúmeras inovações. Pinto (2009, p.17), porém, salienta que essas inovações implementadas durante a luta prolongaram-se ou tiveram reflexos a posteriori, principalmente na convivência social entre as diferentes etnias. A maioria da sua população encontra-se no campo e vive da prática da agricultura de subsistência. O país produz e exporta, por ano, 135. 500 toneladas de castanha de caju, o que rende 60 milhões de dólares por ano, dependendo da conjuntura econômica mundial. No continente africano, situa-se na terceira posição no ranking dos países produtores de castanha de caju e sexta a nível mundial. (DENARP II, 2011, p.78)

Mulher e a nação

Inicialmente nessa parte gostaria primeiramente de trazer uma discussão sobre o conceito de nação e gênero em vários autores. Paulo Bonavides, (2008) afirma que nação é alma, consciência, sentimento, humanismo, cidadania e apotegma de valores.

Nação é o povo na intuição da fraternidade, da justiça e da liberdade; nação é direito, integridade e dignidade cívica na comunhão do destino, na solidez compacta dos valores, no patrimônio dos tempos onde jaz a grandeza das tradições; na memória perpétua e coletiva da identidade, na correnteza das ideias que perenizam a energia do povo em se manter uno na adversidade e estóico na amargura dos reveses. Já Pereira (2007) diz que estado nação é a unidade política territorial que organiza o espaço e a população no sistema capitalista. Os Estados-nação são a forma abrangente de organização político-territorial nas sociedades capitalistas industriais, como eram os impérios nas sociedades pré-capitalistas[...].

Sylvia Walbt (2000) afirma que a literatura sobre as nações e o nacionalismo raramente aborda a questão do sexo, a despeito do interesse geral na participação diferencial dos vários grupos sociais nos projetos nacionalistas, embora muitos textos sobre a nação tenham ignorado o sexo, diversas contribuições importantíssimas abordaram essa questão, tais como Yuval-Davis e Anthias, Jaywardena e Enloe.

Na introdução de seu livro, Yuval-Davis e Anthias (apud Walbt 2000, p.250) sugerem que há cinco grandes maneiras das mulheres se envolverem nos processos étnicos e nacionais, a) como reprodutoras biológicas dos membros de coletividade étnicas, b) como reprodutoras das fronteiras dos grupos étnicos ou nacionais, c) como tendo uma participação central na reprodução ideológica da coletividade e como transmissoras de sua cultura; d) como significantes de diferenças étnicas –nacionais, um foco e um símbolo dos discursos ideológicos usados na construção, reprodução e transformação das categorias étnicas nacionais; e) como participantes das lutas nacionais, econômicas, políticas e militares.

“Como mulher, não quero uma pátria.
Como mulher, minha pátria é o mundo
inteiro” (Walbt 2000, p.261)

A origem dos estudos de gênero pode ser creditada às lutas que se seguiram a diferentes movimentos sociais dos anos 60, de modo especial as mobilizações de 1968 ocorridas em vários países da Europa e nos Estados Unidos (Cf. SARTORI, 2008; SILVA, 2006; AMÂNCIO, 2003). Com efeito, nas lutas libertárias que eletrizaram corações e mentes no final dos anos 60, a participação das mulheres era intensa. Na mídia e mesmo em filmes e livros, esse período é fartamente descrito como os ‘anos dourados’ dos movimentos sociais. No entanto, as mulheres logo percebiam que essa participação em ‘pé de igualdade’ com os homens nas lutas sociais, não tinha

correspondência na representação política, nesse aspecto sua situação fica em segundo plano, pois raramente elas eram chamadas a assumirem a liderança política: quando se tratava de falar em público ou ser escolhida como representante do grupo elas sempre eram esquecidas e cabia-lhes em geral o papel de secretárias e ajudantes de tarefas consideradas menos nobres como fazer faixas ou panfletar. (GROSSI, 1998, p.2 apud SARTORI, 2008)

A maior parte dos discursos sobre os países africanos, até recentemente, ocorria no seu paradigma de desenvolvimento masculinos e sexistas, que subestimavam o papel desempenhado pelas mulheres em todos os aspectos e épocas da história, mascarando as suas atividades num véu de intemporalidade, reduzindo-as seres humanos trans-históricos, fora das dinâmicas do desenvolvimento (Scott, 1995, McFadden, 1998, Zeleza, 1998, apud Casimiro, 1999, p.39-40).

No continente africano segundo Luca (2002), durante a presença europeia, as africanas se rebelaram contra a destruição da ordem anterior, que lhes garantia certa autonomia. Acostumadas a uma relativa independência, a submissão do administrador branco foi percebida como uma dupla opressão e uma perda de direitos, sobretudo econômicos e sociais, foi daí que começam a surgir líderes que defendiam o direito a mulher e a resistência anti-colonial. Foi sobretudo em contextos de extremo sofrimento em que as africanas demonstraram um maior compromisso, sobretudo durante as lutas armadas pela emancipação do domínio colonial. Países como Angola, Guiné Conacry, Moçambique, Zimbábue, entre outros integraram as mulheres em seus movimentos anti-coloniais.

A categoria ‘mulher’ é uma construção social, mas eram visíveis as dificuldades teóricas para explicar a opressão das mulheres nas diferentes teias de relações sociais em que homens e mulheres cotidianamente convivem. Assim, por um lado, enquanto os estudos da condição feminina tinham a pretensão de homogeneizar todas as mulheres (desconsiderando as diferenças de classe, raça e idade), por outro, a ênfase dos estudos na problemática da mulher priorizava a questão de classe. Ambas as teorias demonstravam a falta de uma articulação das diferentes esferas em que se dá a opressão das mulheres. É nas limitações dessas teorias que surge o conceito de gênero enquanto categoria relacional, conceito que procurava articular as relações historicamente determinadas para além das diferenças de sexos, mas é sobretudo uma categoria que procura dar sentido às diferenças (SCOTT, 1990).

As relações entre homens e mulheres não são estanques, mas dinâmicas, constituindo-se o gênero como uma condição mutável e conjuntural. É o que nos faz lembrar a frase clássica de Simone de Beauvoir (1970) em “O segundo sexo: fatos e mitos” (“Le deuxième sexe: les faits et les mythes”): “não se nasce mulher, mas torna-se mulher”. Esta condição também pode ser estendida para o gênero, ou seja, não se é masculino ou feminino, mas sim se está masculino ou feminino. Compreender que o masculino e o feminino estão permanentemente em mudança é entender que “em todas as sociedades do planeta o gênero está sendo todo o tempo ressignificado pelas interações concretas entre indivíduos do sexo masculino e feminino. Por isso diz-se que o gênero é mutável. (GROSSI, 1998, p.7 apud SARTORI, 2008)

Isabel Casimiro (2000), por sua vez, afirma que a pesquisa realizada nas últimas três décadas sobre o continente Africano, permitiu um acumular de dados sobre os modelos de participação da mulher no casamento, na família e nas relações familiares, bem como as interrelações existentes entre os modelos participativos, os interesses e o poder, contribuindo, deste modo, para uma melhor compreensão da natureza da organização social e das relações de gênero. Os dados obtidos revelam, por exemplo, a complexa ação recíproca dos laços intergeracionais, conjugais e sanguíneos (POTASH 1992 apud CASIMIRO, 2000). Em muitas sociedades Africanas, segundo Casimiro, os laços econômicos e emocionais mais importantes das mulheres e dos homens são de caráter intergeracional e não conjugal - entre as mulheres e os seus filhos e entre os homens e os seus pais, por exemplo.

Segundo Yannis Arvanitis (2014), na Guiné-Bissau as disparidades entre homens e mulheres no acesso às oportunidades de desenvolvimento do capital humano permanecem. No domínio da educação, se a taxa de matrícula das raparigas (moças) relativamente aos rapazes era de 93.2% em 2010, de acordo com os últimos dados disponíveis, a representação relativa das raparigas (moças) diminuiu significativamente no nível secundário (51%) devido aos índices de repetência e de abandono escolar superiores (57% contra 46% para os rapazes, de acordo com o Banco Mundial). Consequentemente, o índice de conclusão do ensino primário para os rapazes é superior em 15 pontos percentuais ao índice das moças. Vale notar que as moças não desistem da escola por terem piores resultados ou por repetirem muito mais vezes que os seus colegas do sexo masculino e sim por fatores alheios ao seu desempenho, fatores esses que têm se intensificado e que as afastam da escola desde a primeira classe, uma vez

que a desistência não se verifica apenas nas classes de transição entre níveis de ensino, mas em todas as classes.

Mais de metade da população guineense é composta por mulheres, que desempenham um papel fundamental na tradição familiar. As mulheres são responsáveis pela família e gestão da casa, educação dos filhos e muitas vezes executoras de atividades económicas tais como a agricultura ou a pesca, são simultaneamente agentes de educação e agentes económicos. No entanto, as mulheres representam um grupo muito fragilizado, essencialmente a três níveis: alfabetização, competências técnicas e capacidade de organização, uma vez que compete às mulheres assegurar a gestão da casa, da família e principalmente garantir a sobrevivência dos filhos, a ideia de se entregar os microcréditos, (créditos a baixo custo) às mulheres torna-se a mais viável. Tal proporciona-lhes gerir por exemplo uma atividade económica lucrativa, gerando poder económico que por sua vez gera poder social. (Lopes, 2013, p.105)

Na Guiné-Bissau, a presença feminina contribuiu de forma eficaz no desenvolvimento do nacionalismo. No PAIGC, que desde o princípio se empenhou no combate contra a discriminação de género, durante a luta contra o colonialismo português existia o Destacamento Feminino, onde a mulher guineense sempre desempenhou um papel fundamental, ocupando cargos de destaque dentro do movimento, a exemplo de Bwetna N'dubi, Canhe Na N'Tungue, Beatriz Cabral, Carmen Pereira, Ernestina Silá (Titina Silá), Francisca Pereira, Henriqueta Antónia da Silva Godinho Gomes, Lucette Andrade, Teodora Inácia Gomes, Teresa Badinca entre outras.

Segundo (Gomes, s.d, p.3), o processo de liberalização económica e a sucessiva abertura política tiveram importantes repercussões na vida económica e social das mulheres guineenses. Em 1992 foi criada em Bissau a Associação das Mulheres de Atividade Económica - A.M.A.E, a primeira organização de mulheres de atividade económica criada em Bissau, cujo principal objetivo é a promoção e a valorização dos produtos agrícolas e artesanais, através do mecanismo da poupança e da solidariedade. O aumento contínuo das atividades económicas do sector informal e a necessidade de um mecanismo financeiro de apoio, levaria à criação em 2002 de uma instituição financeira não bancária, denominada “Bambaram”, cuja finalidade é a de arrecadar as poupanças das pequenas empresárias do sector informal para a concessão de crédito e a

educação económica e social dos seus membros. Esta cooperativa nasceu graças à iniciativa de mulheres pertencentes à AMAE e a quatro associações do sector informal.

Percebe-se no entanto a partir de outras leituras o aumento significativo do interesse das instituições nacionais e internacionais relativas a questão da condição da mulher, e os primeiros estudos começaram ser feitos a partir de 1987 sobre o impacto das atividades realizadas pelas mulheres na sociedade guineense. Já os anos noventa foram marcados por mudanças a nível da organização das mulheres do sector informal e da mentalidade geral da sociedade guineense. A criação da Associação da Mulheres de Actividade Económica (AMAE) em 1992, em Bissau, constituiu o primeiro grande passo em termos da organização do trabalho das mulheres do sector informal. Mulheres comerciantes, agricultoras e pescadoras tinham finalmente decidido que chegara a hora de se juntarem e de criarem uma organização capaz de dar resposta às inúmeras dificuldades e necessidades com que as mulheres se deparavam no seu quotidiano. Foi nesse espírito que a AMAE foi criada e foi graças à dinâmica conquistada nos primeiros anos que se realizou, em Agosto de 1996, a primeira feira nacional de produtos agrícolas e artesanais, produzidos e comercializados pelas mulheres. (Gomes, s.d., p.5)

Em 2002, as mulheres guineenses surpreenderam novamente o país protagonizando a criação de uma instituição financeira não-bancária, denominada Bambaram. A cooperativa Bambaram, da qual fazem parte quatro associações representativas do sector informal guineense, nasceu da necessidade de dar uma resposta concreta ao problema da pobreza feminina na Guiné-Bissau, pois como afirma a sua presidente, “o porquê do nascimento é justificado por a Guiné-Bissau, no universo de 177 países abrangidos pelo Relatório sobre o desenvolvimento Humano do PNUD de 2000, ter sido classificado no 168º posto, com um índice de desenvolvimento de 0,343, contra a média de 0,456 da África subsaariana.” (Gomes, s.d., p.10)

A nível mundial, o peso de intervenção da mulher tem aumentado no desenvolvimento, na mudança de paradigmas sociais e na mudança de mentalidades. O continente africano não foge à regra e a nível social, as mulheres começam a assumir novos papéis, quer nas relações familiares, quer a nível das comunidades, quer a nível mais alargado na sociedade, surgindo com isso, uma redefinição dos papéis de género. Num Relatório do antigo Secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, sobre o papel das Nações Unidas no século XXI, a África ao sul do Sara é referida como uma parte do mundo onde é necessária a cooperação para o desenvolvimento com uma

ênfase especial no reconhecimento do papel da mulher, pois é onde as mesmas têm maiores lacunas a nível socioeconómico. Portanto, este tema (papel da mulher no desenvolvimento e na mudança social nas sociedades) alargou-se para os assuntos internacionais e passou também a ser discutido pelas altas entidades mundiais. (Ferro apud Lopes, 1982, p.106)

Considerações finais

Conclui-se a partir desse trabalho que a participação das mulheres no processo da construção do estado-nação guineense foi e é de extrema importância não pelo simples fato de serem mulheres, mas pelas suas contribuições para o bem estar-social, econômico, cultural e político. Podemos afirmar também que as mulheres desempenham diferentes papéis, tais como: mães, enfermeiras, guerrilheiras, educadoras, e donas de casa etc. O acesso à educação é limitado, o que de certa forma limita-as ao papel familiar e às tarefas domésticas, o que gera pouco tempo para a educação. Importante ressaltar que não se trata apenas do fator tempo, mas também culturais como (ritos de iniciação, casamentos precoces, entre outros). Contudo, as mulheres guineenses desempenham ativamente funções e papéis no projeto da nação de forma diferente mas como intensidade igual aos homens.

Referências

- ARVANITIS, Yannis. “Guiné Bissau”. In: **Perspectivas económicas em África (2014) - Países Africanos da CPLP**. Paris: AfDB, OECD, UNDP, 2014, pp. 37 – 51. Disponível em: <www.africaneconomicoutlook.org/po>. Acesso em: 18 fev. 2017.
- BONAVIDES, Paulo. “Reflexões sobre nação, Estado social e soberania”. In: **Estudos Avançados**, 22 (62), 2008.
- CASIMIRO, Isabel & ANDRADE, Ximena. Construindo uma Teoria de gênero em Moçambique. **Moç.** (11/12) Novembro de 1992: 93-110.
- CASIMIRO, Isabel. “Identidades e Representação das Mulheres em África.” **Moç.** (7), Dez. de 1999: 35-93.
- IPAD. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. Guiné-Bissau. 2004. Disponível em: < <http://www.ipad.mne.gov.pt/Guinebissau/agricultura.htm>>. Acesso em: 12 out. 2016.
- GOMES, Patrícia. **As mulheres do sector informal. Experiências da Guiné-Bissau.** (s.d.)

- LOPES, Carlos. **Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Edições 70, 1982.
- LOPES, Cátia Sofia Nobre. **O papel da mulher no microcrédito na Guiné-Bissau: estudo de caso de Pitche e Pirada**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) - Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão. Lisboa, 2013.
- MANÉ, Salimata. **As Organizações Não-Governamentais na Assistência da Infância e Juventude em Guiné-Bissau**. 2006. 65 p. TCC (Graduação em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Globalização e Estado-Nação**. São Paulo: Escola de Economia de São Paulo (Textos para Discussão 160), Abril de 2007.
- SEMEDO, Maria Odete da Costa. "Educação como direito". In: **Anais do Encontro Internacional de Educação**, Gravataí/RS/Brasil (CD), 2005.
- WALBT, Sylvia. "A mulher e a nação". In: **Um mapa da Questão Nacional**. Org. Gopal Balakrishnan; Introdução Benedict Anderson. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.